



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, no
13º Colóquio Internacional de Direitos Humanos**

(15/10/13, às 9h30, na PUC-SP)

Eixo temático:

Incoerências – Como lidar com as possíveis tensões entre a situação nacional e o papel internacional dos Estados na promoção e proteção dos direitos humanos

Bom dia a todas e todos,

É com grande satisfação que abro o eixo temático de hoje, que trata das incoerências entre o contexto nacional e a conjuntura internacional na promoção e proteção aos direitos humanos. Em nome da Lúcia Nader e da Juana Kweitel, agradeço à Conectas pelo convite e cumprimento a todos os meus companheiros desta mesa em nome da nossa moderadora, Laura Waisbich.

Falar das incoerências entre as políticas nacionais e internacionais é extremamente intrigante e também muito desafiador, principalmente quando se fala a partir da perspectiva de um governo municipal.

Como vocês sabem, o pacto federativo brasileiro, assegurado pela Constituição Federal, confere ao governo federal a competência exclusiva pela interlocução com as demais nações e pela representação do país nos foros internacionais. No entanto, falar em um só tom em nome de um país tão diverso como o nosso é uma tarefa extremamente complexa.

O Brasil já sofreu condenações internacionais por violações de direitos humanos, como a situação do presídio Urso Branco. A União é a responsável no âmbito internacional, mas aqui dentro, o governo do estado que é responsável pela situação, e uma intervenção federal seria uma atitude muito grave em nossa construção democrática. Há também situações semelhantes em relação aos três poderes. No caso da lei de anistia, por exemplo, é o Poder Executivo Federal que responde pelo não cumprimento da decisão da OEA para que haja a revisão da lei, mas há posicionamento contrário sobre o assunto pelo STF que, a rigor, deve ser observada pelo governo.

Creio que essa confusão de papéis e responsabilidades no País, seja pelo pacto federativo, seja pela divisão de poderes, é responsável pela primeira incongruência que gostaria de destacar.

Em segundo lugar, em um país das proporções do Brasil, com sua diversidade sociocultural e econômica e suas enormes disparidades geográficas, qualquer tentativa de síntese, de construção de indicadores e estatísticas nacionais, sempre será – no mínimo – parcial.

Tomemos como exemplo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Na média nacional, os indicadores sociais do Brasil não são ruins. No entanto, quando desagregamos os dados, percebe-se que em alguns municípios o cumprimento das metas ainda está muito distante do que desejamos. Encontramos em alguns locais indicadores que se aproximam aos de países mais pobres do mundo, enquanto outros já ultrapassam as metas estabelecidas para 2015.

Por isso é tão fundamental municipalizar os ODM, ou seja, analisá-los a partir de um olhar local, construindo indicadores municipais e estaduais, que nos permitam aferir o alcance das metas em cada territorialidade e, assim, direcionar políticas específicas às regiões mais vulneráveis.

O caminho contrário também é verdadeiro. Na área de direitos humanos, vemos que algumas cidades estão promovendo avanços importantes em diversas frentes, com

potencial para reverberar nas demais municipalidades e abrir novas frentes para as políticas nacionais. Mas nem sempre essas ações têm reflexo imediato na atuação internacional do País.

Em São Paulo, por exemplo, há pouco mais de uma semana, demos um passo importante para a garantia de direitos à população imigrante que vive na Cidade. Graças a um acordo firmado com a Caixa, os estrangeiros terão acesso facilitado a contas bancárias, acompanhado de uma série de benefícios: além da simplificação dos documentos exigidos para abertura de contas, o acordo prevê a facilitação da remessas ao exterior; programas específicos de microcrédito; agência bilíngüe; capacitação financeira e contratação de funcionários estrangeiros. Um ato de inclusão social que trará diversos benefícios às comunidades imigrantes. Entre eles, a redução da vulnerabilidade à violência de criminosos, contribuindo para evitar tragédias como a que aconteceu com o menino Brayan – garoto de origem boliviana assassinado por assaltantes que sabiam que a família guardava sua renda dentro de casa.

Aliás, outra possível incongruência pode advir justamente da lentidão das instâncias nacionais absorverem os progressos dos governos locais. O caso da política de drogas pode ser um exemplo interessante sobre isso. O debate internacional está em pleno processo de mudança. A chamada “guerra às drogas” está dando lugar à concepção de “coesão social”, que ainda não foi completamente absorvida no País, mas está se fortalecendo em diversos municípios. Em São Bernardo do Campo temos uma das melhores experiências com essas novas diretrizes, e estamos buscando avançar no mesmo caminho em São Paulo.

Ampliando o olhar para além do município, há algumas avaliações já conhecidas, mas que precisam ser constantemente lembradas. Em tempos de crises econômicas, as ameaças aos direitos humanos aparecem com muita força, e devemos estar atentos. O “Estado de bem-estar social” se torna o principal vilão, e fica fortalecida a defesa do “Estado mínimo”, que teoricamente gera menos gastos públicos.

Não raro os cortes de investimentos recaem sobre os projetos sociais e às políticas de bem-estar social, como se a crise se devesse aos elevados custos destinados ao financiamento desse modelo de desenvolvimento. O que vimos no Brasil, no entanto, é que justamente o contrário. Devido aos massivos investimentos feitos na área social, principalmente pelos dez anos de políticas afirmativas direcionadas à geração de renda e o combate à pobreza, o país pode resistir à crise e manter ativo seu mercado produtivo e consumidor.

É evidente que não chegamos ao ponto ideal e temos muito para avançar na garantia de direitos no Brasil. Como lembrou a presidenta Dilma em seu discurso na abertura da Assembleia da ONU no ano passado, os países não podem ficar reféns de suas deficiências. Não é porque temos telhado de vidro que não devemos apontar as diversas violações de direitos humanos que existem pelo mundo – além de reconhecer e enfrentar as nossas próprias dificuldades, é claro. Somos obrigados a ouvir e internalizar as diretrizes da OEA sobre a situação de Belo Monte. Mas não podemos admitir relatórios parciais, especialmente quando há seletividade de assuntos tratados e não vemos Guantánamo ser questionado. Esta é uma outra grande incongruência.

Vejo também como uma incongruência sempre presente nas relações internacionais o desequilíbrio entre os investimentos massivos que se faz em segurança e em intervenções com uso da força, ao invés de se empreender todos os esforços para a erradicação da fome e da pobreza, a redução do HIV e outras situações extremas. Precisamos pensar em estratégias conjuntas e urgentes, incluindo o perdão da dívida externa de países em condições de vulnerabilidade, que ainda estão distantes de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A política externa do governo Lula buscou reforçar a importância das responsabilidades coletivas pelo enfrentamento à pobreza e que cabe a todos os países reverter esses cenários.

Neste ano vimos emergir nas ruas do País um movimento fortemente impulsionado pela juventude. As manifestações mostraram que os jovens brasileiros (e também os jovens da primavera árabe, os jovens americanos de Wall Street, os jovens espanhóis da democracia real e outros jovens do mundo todo) exigem seus direitos,

lutam por caminhos novos, querem ser ouvidos e participar das decisões que lhes concernem.

Isso é muito positivo para nossas democracias. Revela a maturidade política alcançada e aponta que os cidadãos e cidadãs têm efetivamente se percebido como sujeitos de direitos, na prática. Fortalecer e ampliar cada vez mais os espaços de participação social, múltiplos, de tamanhos e formatos diferentes e criativos, para que essa troca tão rica só se expanda e continue qualificando nossas políticas, ampliando as chances de acerto.

Ao falarmos de participação social no âmbito internacional, devemos lembrar da excelente iniciativa da Parceria para o Governo Aberto, ou o OGP na sigla em inglês. Trata-se de um instrumento global para garantir a transparência dos governos, com dados abertos e direito à informação. Mas essa é a teoria, que precisamos trabalhar muito para vê-la concretizada. Por enquanto ainda estamos com mais essa incongruência, refletida nas espionagens internacionais, violações de privacidade e ameaça à autonomia dos povos.

A relativização da soberania dos países é uma conquista para os direitos humanos, pois identifica a pessoa como “sujeito de direitos” internacional, que deve ser protegida independentemente de fronteiras. Mas a ingerência externa por interesses escusos tem efeitos nefastos. É comprovada a espionagem internacional ao presidente João Goulart, em um contexto que resultou no golpe militar de 1964 e inaugurou um período sombrio em nosso país, com feridas sociais que até hoje costumam a fechar.

A presidenta Dilma ressaltou essa situação em seu discurso na Assembleia da ONU deste ano, e ressaltou a importância de desenvolver um marco normativo multilateral que regule a relação entre os Estados pelos caminhos cibernéticos e apresente punições para quem violar esses princípios é fundamental para estabelecer uma governança democrática e multilateral da rede, criando condições de maior equidade entre as nações contemporâneas.

Além das melhorias sociais e econômicas, na última década o Brasil fortaleceu as instituições de representação social existentes, ampliando espaços públicos e canais de participação. Não apenas crescemos e distribuímos renda, mas também procuramos agregar ao padrão de desenvolvimento requisitos fundamentais para o crescimento com qualidade e justiça social: a ampliação dos direitos de cidadania, a consolidação da democracia, a geração de trabalho e renda e oportunidades de ascensão social com equidade.

Mas ainda temos muito a construir. Para avançar, é preciso olhar para nossas realidades com um olhar cirúrgico, objetivo, crítico. Reconhecer sem rodeios as flagrantes violações aos direitos humanos que ainda nos assolam. Aceitar as críticas, diagnosticar os problemas, atacar francamente suas causas e corrigi-las são as melhores formas de avançar rumo à promoção e a proteção aos direitos humanos no Brasil e no mundo.

E, sem medo dos telhados de vidros, contribuir para que cada nação possa cada vez mais se acercar desse ideal de um mundo com justiça e equidade social, que valoriza a diversidade e garante a cidadania.

Obrigado, bom Colóquio a todos e forte abraço.